



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

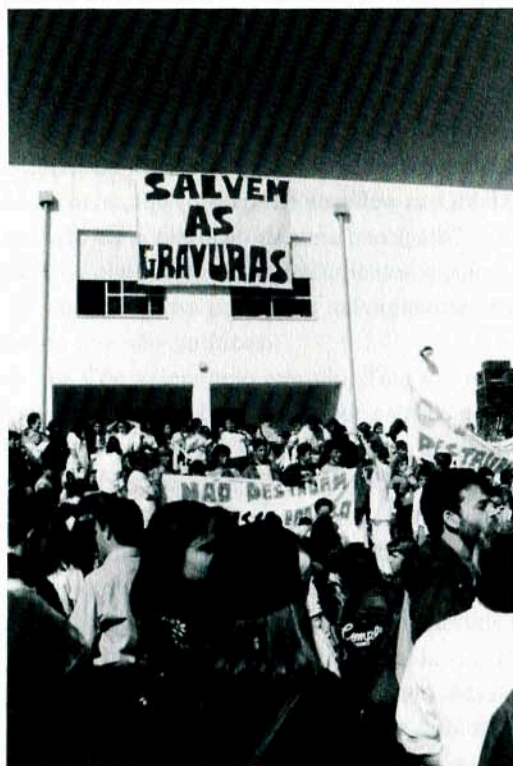
**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII



Fevereiro de 1995 — dois aspectos de manifestações de estudantes em prol da conservação das gravuras do Côa: em cima, junto às obras da barragem; em baixo, em frente à Escola Secundária de V. N. de Foz Côa. Fotos V. O. Jorge.

DA CRÍTICA DO PLANO HIDROLÓGICO ESPANHOL AOS ACTUAIS IMPASSES DA NOSSA POLÍTICA DE AMBIENTE*

por

Mário Baptista Coelho**

A Lei de Águas espanhola — texto tão invejável e progressista como o Plano Hidrológico Nacional Espanhol (PHNE) o é obsoleto e irresponsável — estipula, na alínea 2 do seu artigo 13º, um necessário “respeito pela unidade das bacias hidrográficas, pelos sistemas hídricos e pelo ciclo hidrológico”, colocando assim, e muito bem, o ponto fulcral desta questão. À luz de consensos considerados básicos pela comunidade científica e pelo direito internacional, é, para todos os efeitos, inquestionável que as bacias hidrográficas formam e devem ser tidas como um todo indissolúvel. Eventuais fronteiras nacionais que seccionem o seu curso são, de facto, pouco mais que um mero acidente de percurso que em nada altera essa sua natureza intrinsecamente integrada. Contudo, o PHNE ignora por completo, e olímpicamente, esse facto aparentemente óbvio — não referindo sequer Portugal ao longo do seu texto. Muito oportunamente, o deputado europeu Barros Moura apresentou, no PE, uma proposta de resolução visando o estudo conjunto dos nossos recursos comuns. A parte portuguesa, por seu lado, tem vindo a mudar radicalmente de posição — para melhor, felizmente. Das inqualificáveis posições do duo Borrego/Taveira, passou-se, lentamente e já com a actual equipa do MARN, para posições cada vez mais conscientes da extrema relevância da questão — sobretudo depois da Presidência Aberta do Ambiente —, até chegarmos, na Cimeira Luso-Espanhola do Porto, à defesa, penso que convicta, da “partilha integrada e equitativa dos nossos recursos hídricos comuns”. Longa estrada esta e, convenhamos, reconheça-se o mérito a quem o merece. Mantendo, porém, uma lógica negocial assente no secretismo, Portugal efectivamente deu-se ao luxo de desperdiçar um fabuloso potencial de pressão sobre a Espanha, visto a nossa opinião pública começar a dar sinais e a estar razoavelmente mobilizada.

* Publicado no jornal *Público*, de 21-02-95.

** Docente universitário, colaborador da Presidência da República.

FRAGILIDADES DA POSIÇÃO PORTUGUESA

Se é um facto insofismável termos já dado passos importantes na abordagem das implicações para Portugal do PHNE, a verdade é que nos encontramos hoje, aparentemente, numa situação de total impasse. É tão absurdo negar a evidência do carácter integrado das bacias hidrográficas como o é condenar publicamente os malefícios e perversões do PHNE e, em simultâneo, ignorar ou branquear idênticos malefícios ou perversões verificáveis na nossa metade dessas mesmíssimas bacias. Tanto os “lobbies” estabelecidos — obras públicas, cimenteiras, hidráulica, EDP, etc. — como a vertigem eleitoralista que condicionou o “timing” da construção e inauguração das grandes infra-estruturas, ou ainda o menor peso político do MARN face ao de outros ministérios — precisamente os mais insensíveis a essas subtilezas esotéricas da paisagem, dos ecossistemas ou biótopos — acabaram por paralisar qualquer eventual desejo do MARN de assumir a mobilização da opinião pública portuguesa e, publicamente, criticar na substância o PHNE. Fazê-lo, jamais seria tolerado pelos restantes ministérios, pois tratar-se-ia, muito claramente, de um tiro no próprio pé.

SECTOR POR SECTOR – OS NOSSOS TELHADOS DE VIDRO

Vejamos, um pouco mais em detalhe, a genealogia e o metabolismo desse impasse:

- Só assumindo e trazendo, nós próprios, à mesa das negociações as estimativas reais dos nossos recursos hídricos — inclusive e sobretudo os subterrâneos — é que teremos plena e incontestável legitimidade para pública, frontal e oficialmente contestarmos as manipulações que caracterizam as estimativas que falaciosamente justificaram as estratégias do PHNE. Até à data, tal não tem sido feito.

- Dificilmente poderemos, desse mesmo modo frontal, condenar o facto de o PHNE destinar, precisamente agora, em plena crise da água, 80 por cento dos transvases previstos para fins de regadio — percentagem que os técnicos e especialistas consideram um perfeito absurdo e arcaísmo, tanto pelas perdas inerentes a tal prática, como pelo acréscimo exponencial da salinização dos solos, contaminação química dos aquíferos e da eutrofização, por excesso de nutrientes, dos rios. E dificilmente o faremos porque nós próprios destinamos à agricultura 75 por cento dos volumes utilizados (sendo 90 por cento dessa quantidade para regadio), correspondendo, à escala, os 500/600.000 ha de novos regadios, previstos no PHNE, aos nossos futuros 110.000 ha dos três sistemas de rega do Alqueva — acrescidos ainda das novas áreas de regadios previstas para a Cova da Beira.

Se tal prática de agricultura intensiva, altamente poluidora e perdulária em termos de água é, em Espanha, contrária em absoluto à nova PAC e às medidas agro-ambientais de acompanhamento, igualmente o é aqui em Portugal. Quanto a disparates, estamos quites. A diferença reside, note-se, essencialmente no facto de a água para a agricultura ser, em Espanha, praticamente de graça — gerando assim subsídios encapotados e situações óbvias de “dumping”, nomeadamente face a Portugal. Se em Espanha os campos de golfe da orla mediterrânica — precisamente a zona mais carenciada de água e à qual se destinam os transvases — consomem tanta água como a cidade de Madrid, a que corresponderiam os 80 campos de golfe actualmente em lista de espera, ansiosa, pelo Alqueva?

Dificilmente poderemos atacar de frente a lógica de construção de pelo menos 100 faraónicas barragens e de centenas e centenas de quilómetros de canais ou condutas de transvase. Em nome da rentabilização de uma só dessas barragens, mas enorme, construída na Galiza e escandalosamente sobredimensionada, pirateiam-se agora águas, doa a quem doer. É esta, aliás, a história do processo sumário em curso contra o Tuela e o Rabaçal. Contudo, é difícil, como se disse, denunciar tudo isto quando ao mesmo tempo se permite Foz Côa — um empreendimento vetado pelo anterior secretário de Estado da Energia como claramente não necessário e economicamente inviável — e quando, por outro lado, tudo indica que se começa a pensar de novo num sistema nacional de transvase norte-sul, entre Pocinho-Foz Côa e Crato-Alqueva, passando, entre outras, pela precisamente agora anunciada Barragem do Sabugal.

Seria patético gritarmos, indignados, contra os malefícios do PHNE, enquanto vamos preparando, na sombra, idêntica estratégia. Não seria sério nem ficaria bem.

- Portugal realizou, já há alguns anos, um clamoroso erro histórico, destruindo o Baixo Mondego com a canalização, em betão, de grande parte das águas deste rio. As intenções eram as melhores: a regularização do curso inferior do rio, o fim das cheias e um ambicioso e “moderno” plano de rega e de emparcelamento generalizado. Contudo, a necessidade e urgência de abastecimento de água “limpa” às celulosas de Leirosa viria a condicionar o projecto e o “timing” do mesmo, resultando daí a catástrofe que resultou. Parece que pouco ou nada aprendemos e estamos hoje em vias de repetir, felizes e eufóricos, na Cova da Beira e no Alto e Baixo Alentejo, os erros cometidos.

- O Real Decreto Legislativo nº 1302 de 1986 pretende — e, como se verá, pior que mal — verter para o direito interno espanhol a célebre Directiva comunitária de 1985 sobre a Avaliação de Impacte Ambiental. Esta Directiva não só viria a ser profundamente amputada, como nela é ainda introduzida uma cláusula espantosa que isenta da obrigação de realização de estudos de impacte ambiental as matérias que vieram a ser discutidas e votadas nas Cortes, caso, precisamente,

do PHNE. Os responsáveis portugueses bem querem acreditar que tais estudos, no tocante às implicações para Portugal do PHNE, estão já em curso. É de crer, com alguma probabilidade, que tais estudos de impacte ambiental não foram no passado realizados (isto é, quando seria suposto terem tido lugar), não estão sequer hoje em curso e, suponho eu, jamais serão realizados — pela simples razão de o Estado espanhol não ser, nesta matéria, e com a óbvia complacência de Bruxelas, a tal obrigado.

A Directiva de 1985 está actualmente em fase adiantada de revisão, pelo que, em breve, a Espanha terá de a voltar a transpor. Uma atenção particular quanto à forma e conteúdo dessa futura transposição será, pelo que nos toca, aconselhável — apesar de Portugal ter, em sede de avaliação de impactes ambientais, tremendos telhados de vidro. Portanto, em consciência, pouco ou nada poderá Portugal a este propósito opinar e, muito menos, condenar ou exigir. O que é pena, pois a posição espanhola nesta matéria não é, nem jamais será, tolerável ou legítima.

E, À LAIA DE CONCLUSÃO, O GRANDE MISTÉRIO POR ESCLARECER

Se o PHNE é grave, e é-o claramente, talvez ainda o seja mais pelo que não diz que por aquilo que claramente afirma. São, para nós, em especial gravosas as lacunas ou indefinições quanto aos trajectos precisos dos transvases previstos, para já não falarmos do grande mistério deste plano, o abastecimento de água à bacia do Guadalquivir — a que mais precisa, a que politicamente é mais influente, e a que, contudo, quase nem uma gota recebe. Curioso. E ainda mais curioso é se atendermos ao facto de o PHNE ter sido suspenso devido aos atrasos verificados na realização dos planos da bacia do Douro, do Guadiana e do Guadalquivir, isto é, dos três rios eventualmente envolvidos nesta misteriosa questão, a título, respectivamente, de origem, transporte e destino das águas a transvasar. A questão resume-se do seguinte modo: é ponto assente que a bacia de Guadalquivir se encontra numa situação quase catastrófica — contendo o seu caudal apenas um terço do que se considera o mínimo dos mínimos como caudal ecológico. A situação do abastecimento de água às principais cidades (Cádiz, Jaén/Granada e mesmo Sevilha) começa a ser dramática, para além de que é enorme a premência de água para regadio.

Contudo, e perante uma tal situação, não deixa de ser espantoso e paradoxal que apenas estejam previstos, no PHNE, o transvase de uns míseros 100 hm³ (e mesmo esses a longo prazo) com origem nas cabeceiras do Guadiana — face aos 700 e aos 1000 hm³ previstos, desde logo, respectivamente, para as Bacias do

Júcar e do Segura. Posta a questão nestes termos, por algum lado e de algum lado essa imprescindível água suplementar teria ou terá de vir. Faria Ferreira, ex-director-geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, lançou em tempos o que, aos olhos de hoje, poderá constituir uma interessante pista: aproveitar o traçado norte-sul do Guadiana (isto é, Caia-Pomarão/bacia do Chança) para o eventual abastecimento da região de Huelva-Cádiz e, esgotados (e abusados) que estão pela Espanha os limites supostamente impostos pelo Convénio de 1968, a solução teria que passar, necessariamente, por uma renegociação do mesmo com Portugal. Renegociação essa que, por sinal, está presentemente em curso. Subjacente a esta reflexão encontra-se a preocupação, mais que justificável, de garantir ao empreendimento do Alqueva os necessários caudais, questão das mais misteriosas de todo este processo. Das três uma: ou a Espanha está já formalmente a negociar com Portugal um transvase significativo (vindo da bacia do Douro, pois não há alternativa) para a bacia do Guadalquivir, o qual teria lugar a jusante da foz do Chança, com o correspondente acréscimo do caudal do Guadiana, isto é, com a viabilização do Alqueva, insistindo estranhamente os espanhóis que este acabará por sair beneficiado com o PHNE.

Esta hipótese, teoricamente a mais provável, é, contudo, formal e taxativamente negada pelos responsáveis governamentais portugueses. Aceitando tal desmentido, restam apenas duas hipóteses. A Espanha, à revelia de Portugal, teria vindo a estrangular o Guadiana — quer quanto a caudais levados a níveis irresponsavelmente diminutos (estando em curso a construção, na região de Mérida, de mais quatro barragens destinadas a novos planos de regadio), quer quanto à qualidade das águas, hoje impróprias para consumo humano. Isto de modo a oportunamente poder pressionar Portugal, no caso de este avançar com a Barragem do Alqueva e, naturalmente, necessitar de água para a encher.

Nessa circunstância, Portugal poderia vir a aceitar, sem alternativa de recurso, o transvase quase integral do Baixo Guadiana para a bacia do Guadalquivir, secando e salinizando quase por completo o troço final do rio e acabando este, sem glória, como mero “afluente” do Guadalquivir. Finalmente, e como última hipótese, Portugal preparar-se-ia para trocar as voltas a Espanha e à tal misteriosa “lacuna” do PHNE, delineando uma estratégia própria (aliás gizada nos anos 50 e repensada, já recentemente, pelo ex-secretário de Estado dos Recursos Naturais, António Taveira) de um transvase nacional, isto é, interno, das águas do Douro para o Guadiana — partindo do Pocinho/Foz Côa e ao longo do eixo já atrás referido — abastecendo, deste modo, e autonomamente, a futura albufeira do Alqueva. Neste cenário, só falta mesmo dar-mo-nos conta, perplexos, de que a razão última (e primeira) de tanta obstinação quanto a Foz Côa reside, ou melhor desague no Alqueva, passando pela Cova da Beira e pelo Tejo. Seja como for, em matéria desta gravidade, não é de modo algum aceitável o secretismo por tantos

até hoje mantido e cultivado. Mais uma vez, não deveríamos questionar e acusar a Espanha pela tal misteriosa “lacuna” do abastecimento do Guadalquivir sem que, a nível interno, esclareçamos, de uma vez por todas, os nossos próprios mistérios. Talvez daí resulte este nosso inquietante silêncio oficial quanto aos mistérios do Guadalquivir no PHNE.

É esta a questão que, como cidadão interessado, e sobretudo intrigado, que sou e me sinto, aqui, neste texto, coloco.

A CONFUSÃO DE FÓZ CÔA*

por

António Ressano Garcia Lamas**

Não fui ainda a Foz Côa e tudo o que sei sobre o local e as suas manifestações rupestres foi lido, visto na televisão ou decorre de um curto relato de quem as viu. Tenho-me limitado, de facto, a seguir o caso e a sua fama crescente, como qualquer leitor atento de jornais.

Mas sei, por experiência, o que pode acontecer quando um valor cultural surge a estorvar os interesses da construção, e posso prever o caminho mais provável das gravuras de Foz Côa: enquanto se opina sobre o achado, as obras decorrem em ritmo acelerado; acumulam-se os factos/investimentos consumados; a comunidade intelectual protestará mas irá cansar-se; a opinião pública acabará por convencer-se de que o custo de preservar as gravuras está para além das suas posses; acaba-se a barragem e toda esta discussão. No fim, todos concordarão que teria sido interessante preservar as gravuras se se pudesse pagar a factura — quem não tem dinheiro não tem vícios! Os outros europeus podem ter preocupações culturais porque têm meios para isso, mas nós ainda precisamos é de infra-estruturas; até lá, paciência...

Este é o desfecho mais provável do caso Foz Côa. Talvez nem tarde tanto como poderia parecer à primeira vista, pois aparentemente os meios de comunicação social aceitaram bem as medidas dos actuais responsáveis pela Cultura e a declaração de que estão de boa fé à espera que um especialista estrangeiro lhes diga o que devem fazer.

De facto e aparentemente, conseguiu-se convencer a opinião pública de que o caminho encetado é correcto e até de que existe um processo de auscultação democrático, e este é o ambiente propício a uma conclusão rápida do caso: vamos estudar tudo pois há tempo; não havendo dinheiro para mais, retiram-se alguns espécimes para museu.

* Publicado no jornal *Público*, de 21-02-95.

** Professor catedrático do Instituto Superior Técnico. Antigo presidente do IPPC, actual IPPAR.